



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 1.598, DE 2020

Apensados: PL nº 6.620/2013, PL nº 7.240/2014, PL nº 3.371/2015, PL nº 869/2015, PL nº 7.620/2017, PL nº 7.778/2017, PL nº 10.317/2018, PL nº 9.752/2018, PL nº 9.812/2018, PL nº 1.463/2019, PL nº 5.199/2019, PL nº 534/2019, PL nº 596/2019, PL nº 54/2020 e PL nº 265/2021

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a possibilidade de doação direta, dedutível do imposto sobre a renda, aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou a projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos respectivos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Art. 1º Fica criada a campanha “Declare seu Amor” de incentivo à doação de parte do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 2º Os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e Defensoria Pública, poderão, no âmbito de suas competências, divulgar a referida campanha.

Art. 3º Os conselhos de defesa dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, em todas as esferas de governo, deverão divulgar semestralmente um balanço com os recursos auferidos com base nas doações recebidas e os resultados obtidos com a implementação de suas políticas sociais.

Art. 4º O art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22.

§1º As deduções a que se refere o **caput** poderão, por opção do contribuinte, serem abatidas, mensalmente, do imposto de renda retido na fonte.

Apresentação: 17/08/2023 16:12:25.570 - CIDOSO
SBT-A 1 CIDOSO => PL 1598/2020
SBT-A n.1



§ 2º A dedução prevista no parágrafo anterior, se submeterá as seguintes condições:

I - que o empregador tenha firmado previamente convenio ou outro instrumento legal cabível com os fundos públicos aptos a receberem doações na forma da legislação vigente;

II - que os valores das deduções e o beneficiário ou os beneficiários sejam informados pelo empregador na Declaração anual do Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF.

§ 3º O contribuinte pode, a qualquer momento, solicitar o cancelamento da opção de que trata § 1º deste artigo ou indicar outro beneficiário ou beneficiários, desde que estes atendam os requisitos e limites estabelecidos nesta lei, tendo o empregador o prazo de até 30 dias, para efetivar as alterações pleiteadas na folha de pagamento do solicitante. “(NR)

Art. 5º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 260. Os contribuintes poderão efetuar doações diretamente aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais ou a projetos de organizações da sociedade civil aprovados em plenária pelos respectivos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente para captação de recursos por meio desse Fundos, as quais, devidamente comprovadas, serão integralmente dedutíveis do imposto sobre a renda, obedecidos os seguintes limites:

.....
§ 6º O limite de que trata o inciso II deve ser observado em conjunto com as aplicações previstas no art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e no art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993.

§ 7º Os Conselhos Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.

§ 8º As doações destinadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais, ou municipais não serão objeto de contingenciamento e não constituirão recursos de reserva de contingência.

“Art. 260-A.....

.....
§ 1º

* C D 2 3 3 6 2 6 3 0 3 4 0 0 *



III – 6% (seis por cento), observados os limites estabelecidos no art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

.....” (NR)

“Art. 260-I.

.....

“Parágrafo único. Nas sessões plenárias dos Conselhos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente que tratem dos critérios de priorização de investimentos dos recursos de seus respectivos Fundos, bem como nas de avaliação da aplicação desses recursos, os Conselhos poderão valer-se da consultoria e assessoria de entidades públicas civis, sem fins lucrativos, ligadas às questões sociais, tributárias, econômicas, jurídicas e contábeis.”

“Art. 260-M. Fica criado o incentivo “Padrinho das Crianças e Adolescentes”, destinado a angariar recursos aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais.

§ 1º Receberão o incentivo as pessoas físicas e jurídicas tributadas pelo lucro real que optem por destinar, via Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, as doações referidas no art. 260 a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde a crianças e adolescentes, certificadas na forma do art. 1º da Lei nº 12.101/2009, observado o disposto no art. 260, § 1º-A e § 2º, no art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, e nos arts. 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 2º Não poderão ser considerados Padrinhos e Madrinhas das Crianças e Adolescentes:

I – partidos políticos;

II – detentores de mandato eletivo ou ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança;

III – sindicatos, organizações não governamentais e outras organizações da sociedade civil que recebam, por convênio ou contrato, direta ou indiretamente, recursos da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

§ 3º Os Padrinhos e Madrinhas das Crianças e Adolescentes poderão indicar como beneficiários de até 40% (quarenta por cento) das doações referidas no art. 260, I e II, entidades beneficentes que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde a crianças e adolescentes e sejam conveniadas com os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais.

§ 4º Os recursos doados serão utilizados em benefício da instituição beneficente e do conjunto de crianças e adolescentes atendidos,



facultando-se aos doadores a designação de criança ou adolescente como apadrinhado.

§ 5º As instituições receptoras de recursos do incentivo:

I - não poderão utilizar os valores recebidos a fim de quitar dívidas, de qualquer natureza, inclusive trabalhistas ou de decisão judicial;

II- deverão divulgar, em sítio próprio da internet, os valores recebidos, o plano de trabalho para uso e desembolso financeiro, os nomes dos doadores, salvo opção pelo anonimato, e do gestor dos valores recebidos, bem como a devida prestação de contas; e

III - deverão possuir Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

§ 6º Aplica-se ao Programa “Padrinhos das Crianças” o disposto nos arts. 260 a 260-J da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.” (NR)

“Art. 261. §1º A União fica autorizada a repassar aos estados e municípios, e os estados aos municípios, os recursos referentes aos programas e atividades previstos nesta Lei, tão logo estejam criados os conselhos dos direitos da criança e do adolescente nos seus respectivos níveis.

§2º O valor recebido em acordo com o caput do art. 260-A será repassado em até 60 (sessenta) dias quando o contribuinte vincular a doação a projeto ou entidade específica, sob pena de responsabilidade da autoridade competente.” (NR)

Art. 6º O art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.
.....

§2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

.....

IV - as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, observadas as regras do inciso anterior.”
(NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2023.



Deputado ALIEL MACHADO

Presidente

Apresentação: 17/08/2023 16:12:25.570 - CIDOSO
SBT-A 1 CIDOSO => PL 1598/2020

SBT-A n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aliel Machado
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233626303400>

